



Diversidade:
Diferentes,

não

Desiguais

Denise Pereira
(Organizadora)

Denise Pereira
(Organizadora)

Diversidade: Diferentes, não Desiguais

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Karine de Lima

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D618 Diversidade [recurso eletrônico] : diferentes, não desiguais /
Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Diversidade: Diferentes, Não Desiguais; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-090-2

DOI 10.22533/at.ed.902190502

1. Ciências sociais. 2. Igualdade. 3. Psicologia social.
4. Tolerância. I. Pereira, Denise. II. Série.

CDD 302

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Em pleno século XXI deveria ser natural vivenciar a diversidade, pois aceitá-la não é apenas conseguir lidar com gêneros, cores ou orientações sexuais distintas, mas principalmente respeitar ideias, culturas e histórias de vida diferentes da sua.

A intolerância muitas vezes manifestada em virtude de uma generalização apressada ou imposta por uma sociedade, leva ao preconceito. E, esse preconceito leva as pessoas a fazerem juízo de valor sem conhecer ou dar oportunidade de relacionamento, privando-as de usufruir de um grande benefício: aprender e compartilhar ideias com pessoas diferentes.

A partir da discussão de conceitos de cor, raça, gênero, que nada mais é do que um dispositivo cultural, constituído historicamente, que classifica e posiciona o mundo a partir da relação entre o que se entende como feminino e masculino, negro e branco, os autores deste livro nos convidam a pensar nas implicações que esse conceito tem na vida cotidiana e como os arranjos da diversidade podem muitas vezes restringir, excluir e criar desigualdade.

Boa leitura

Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
(RE)CONSTRUÇÕES DAS IDENTIDADES DE GÊNERO E DAS CORPORALIDADES EM A PELE QUE HABITO	
Vivian da Veiga Silva Ana Maria Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.9021905021	
CAPÍTULO 2	7
“LGBTTRABALHADORES”: OS FORA DA NORMA INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO	
Rafael Paulino Juliani Rosemeire Aparecida Scopinho	
DOI 10.22533/at.ed.9021905022	
CAPÍTULO 3	16
“BAIXOU A 1140 AQUI?” DIFERENÇAS E DISTINÇÕES NAS PRAIAS GAYS DE COPACABANA E IPANEMA	
Alexandre Gaspari	
DOI 10.22533/at.ed.9021905023	
CAPÍTULO 4	23
A IGUALDADE DE GÊNERO E O EMPODERAMENTO FEMININO COMO OBJETIVO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
Ana Claudia Lopes Venga Larissa Valim de Oliveira Farias	
DOI 10.22533/at.ed.9021905024	
CAPÍTULO 5	36
A FORMAÇÃO DO PROFESSOR E O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NO BRASIL	
Ana Carla Menezes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.9021905025	
CAPÍTULO 6	47
BRINCAR DE BONECA É COISA DE MENINO. E DE MENINA TAMBÉM!	
Lorena Marinho Silva Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.9021905026	
CAPÍTULO 7	59
CIBORGUES E CIBERFEMINISMOS NO TECNOCAPITALISMO	
Cláudia Pereira Ferraz	
DOI 10.22533/at.ed.9021905027	
CAPÍTULO 8	81
BRINCADEIRAS INFANTIS E MODERNIDADE: BRINQUEDOS TÊM GÊNERO?	
Alexandra Sudário Galvão Queiroz Maicon Salvino Nunes de Almeida Celia Nonato	
DOI 10.22533/at.ed.9021905028	

CAPÍTULO 9 88

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CLÍNICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO COM MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Lacilaura Bomtempo Lamounier Costa

Bruna Afonso Gibim

Rafael De Tilio

DOI 10.22533/at.ed.9021905029

CAPÍTULO 10 94

CONHECIMENTO DA ENFERMAGEM SOBRE PESSOAS TRANSEXUAIS: REVISÃO INTEGRATIVA

Carla Andreia Alves de Andrade

Alberto Magalhães Pires

Taiwana Batista Buarque Lira

Karla Romana Ferreira de Souza

Rianne Rodrigues de Lira

Wanderson Santos Farias

Josueida de Carvalho Sousa

Andréa Roges Loureiro

DOI 10.22533/at.ed.90219050210

CAPÍTULO 11 106

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO DIRIGIDA À MULHER NEGRA NO ÂMBITO DOMÉSTICO E FAMILIAR

Nayra Leal Feitosa

Felipe Silva Duarte

Joseane de Queiroz Vieira

DOI 10.22533/at.ed.90219050211

CAPÍTULO 12 114

CRÍTICA SOBRE A FORMAÇÃO DA IDEOLOGIA DE SUBMISSÃO FEMININA: EM ESPECÍFICO OS ESPAÇOS PÚBLICOS

Heloisia Silva Alves

DOI 10.22533/at.ed.90219050212

CAPÍTULO 13 121

DISCURSO, MÍDIA E INFORMAÇÃO: SENTIDO E SIGNIFICAÇÃO DOS MATERIAIS INSTRUCIONAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA NA COMUNIDADE LGBTQTTI

Deyvid Braga Ferreira

Lívy Ramos Sales Mendes de Barros

DOI 10.22533/at.ed.90219050213

CAPÍTULO 14 136

FACEBOOK E HOMOSSEXUALIDADE: ENUNCIADOS E PRECONCEITO NA REDE SOCIAL

Rodrigo Luiz Nery

DOI 10.22533/at.ed.90219050214

CAPÍTULO 15	151
FEMINISMO E GÊNERO: CONTRIBUIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS DOS ESTUDOS BRASILEIROS	
Dejeane de Oliveira Silva	
Mirian Santos Paiva	
Edméia de Almeida Cardoso Coelho	
Fernanda Matheus Estrela	
Raiane Moreira Coutinho da Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.90219050215	
CAPÍTULO 16	162
GÊNERO, ESCOLA E FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORAS: PROBLEMATIZANDO REPRESENTAÇÕES HEGEMÔNICAS	
Andrea Geraldí Sasso	
Fabiane Freire França	
DOI 10.22533/at.ed.90219050216	
CAPÍTULO 17	173
INTERFERÊNCIAS DA VISÃO ANDROCÊNTRICA NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DAS SENTENÇAS SOBRE OS CRIMES DE ESTUPRO CONTRA MULHERES	
Lívy Ramos Sales Mendes de Barros	
Wanessa Oliveira Silva	
Deyvid Braga Ferreira	
José Humberto Silva Filho	
Marcus Vinicius de Almeida Lins Santos	
DOI 10.22533/at.ed.90219050217	
CAPÍTULO 18	186
MACHISMO INVISÍVEL E A CATEGORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS	
Lycia Rinco Borges Procópio	
Jarbene de Oliveira Silva Valença	
DOI 10.22533/at.ed.90219050218	
CAPÍTULO 19	194
O FEMINISMO NO CORPO DA MULHER TRANS	
Diana Dayane Amaro de Oliveira Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.90219050219	
CAPÍTULO 20	201
O PROBLEMA DO PATRIARCADO E A MANUTENÇÃO DA CULTURA DO ESTUPRO	
Lissa Furtado Viana	
Emannuely Cabral de Figueiredo	
Otávio Evangelista Cruz	
Raíssa Feitosa Soares	
Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho	
DOI 10.22533/at.ed.90219050220	
CAPÍTULO 21	210
PALAVRAS: ESCRITA FEMININA, LUSOFONIA, ÁFRICAS	
Izabel Cristina Oliveira Martins	
DOI 10.22533/at.ed.90219050221	

CAPÍTULO 22 221

OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MULHERES PRETAS LÉSBICAS NO MERCADO DE TRABALHO EM SALVADOR

Juliana de Castro Braz
Tânia Moura Benevides

DOI 10.22533/at.ed.90219050222

CAPÍTULO 23 231

OS CABARÉS IPUENSES: O COMÉRCIO DO SEXO EM IPU (1960-1980)

Francisco de Souza Lima Filho
Dalvanira Elias Camelo

DOI 10.22533/at.ed.90219050223

SOBRE A ORGANIZADORA..... 237

MACHISMO INVISÍVEL E A CATEGORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Lycia Rinco Borges Procópio

Universidade Federal de Sergipe (UFS)
São Cristovão-SE

Jarbene de Oliveira Silva Valença

Universidade Tiradentes (UNIT)
Aracaju-SE

RESUMO: O exercício profissional de forma justa entre os gêneros ainda é um grande desafio na sociedade brasileira. Objetivou-se neste trabalho identificar e analisar crenças, atitudes e comportamentos relacionados ao exercício profissional que se enquadrem como “machismo invisível” presentes tanto no gênero masculino como no feminino, bem como sua relação com a faixa etária da população. No total, 183 pessoas de cinco diferentes municípios brasileiros participaram da pesquisa. Os participantes foram divididos em quatro faixas etárias. Os resultados mostraram que apenas 38% das mulheres participantes da pesquisa aceitariam sem nenhum problema que seus maridos trabalhassem como empregado doméstico ou diarista. Entre os homens, 25% demonstraram que aceitariam sem nenhum problema essa atividade profissional. O serviço de babá foi considerado de forma geral como o mais humilhante para ser exercido por um homem, ressaltando-se também que apenas

29% das mulheres aceitariam sem nenhum problema que seus maridos trabalhassem nessa área. Culinária foi a atividade profissional mais aceita para ser exercida pelos próprios homens e por suas esposas, demonstrando que o estereótipo de “profissão de mulher” declinou ao longo dos anos. Estes resultados revelam a reprodução da ideologia do machismo e a existência do sentimento de vergonha pelo exercício de profissões estereotipadas como femininas, tanto pelos homens como pelas esposas, evidenciando que o machismo invisível relacionado à atividade profissional está presente tanto em homens como em mulheres. A segmentação de profissões classificadas como masculinas ou femininas continua existindo na sociedade brasileira, mesmo no segmento populacional de menor faixa etária.

PALAVRAS-CHAVE: machismo invisível; psicologia social; exercício profissional.

ABSTRACT: The professional practice in a fair manner between the genders is still a huge challenge in Brazilian society. The objective of this study was to identify and analyze beliefs, attitudes and behaviors related to the professional exercise that fit as “invisible sexism” present in both the male and female gender, as well as its relationship with the age group of the population. In total, 183 people from five different Brazilian municipalities

participated in the survey. Participants were divided into four age groups. The results showed that only 38% of the women participating in the survey would accept without problem that their husbands worked as domestic or day workers. Among men, 25% showed that they would accept this professional activity without any problem. Nanny service was generally considered the most humiliating to be exercised by a man, and it was also noted that only 29% of women would accept without problem that their husbands worked in this area. Cooking was the most accepted professional activity to be exercised by men themselves and their wives, demonstrating that the stereotype of “women’s profession” has declined over the years. These results demonstrate the reproduction of the ideology of sexism and the existence of a shame feeling in the exercise of professions that are stereotyped as being feminine, by both men and wives, showing that invisible sexism related to professional activity is present in both men and women. Segmentation of professions classified as male or female continues to exist in Brazilian society, even in the lower age group.

KEYWORDS: Invisible sexism; social psychology; professional practice.

1 | INTRODUÇÃO

Na sociedade machista, todo mundo é machista, incluindo as mulheres, e todos acabam vítimas do machismo, incluindo os homens.

Marina Castañeda

A maneira como pensamos, sentimos e nos comportamos perante o fenômeno do machismo na contemporaneidade não é inata, mas sim produto de um engendramento educacional, político, social, econômico e histórico sobre o corpo e a mente das pessoas, transmitido e operado *pela* e *na* cultura da qual estamos inseridos. A ideologia do machismo é antes de tudo um comportamento aprendido. Desde a infância, são repassadas definições do que é ser homem e do que é ser mulher, fundamentando categorizações que estabelecem a-priori roteiros permitidos ou não para cada sexo.

Os sistemas históricos de reprodução de padrões culturais estereotipados do patriarcalismo e do machismo ainda são vigentes no início do século XXI. São sistemas homogeneizantes que persistem no mercado de trabalho e continuam segregando homens de um lado e mulheres de outro. As crenças, atitudes e os comportamentos machistas são incompatíveis com a riqueza da vivência da pluralidade das trocas equitativas entre os homens e as mulheres, que podem ser suscitadas através de novos processos de subjetivação a partir da experimentação política da heterogeneidade, inclusive no exercício profissional. A concepção da ideologia do machismo marca uma polarização radical, da qual impõe papéis e ocupações exclusivas em todos os âmbitos da vida de um homem e de uma mulher.

As manifestações mais explícitas do machismo vêm diminuindo gradativamente ao longo do tempo, pois muitas delas foram interpretadas como transgressões aos

direitos das mulheres e até mesmo intituladas de desigualdade de gênero, sendo tais comportamentos passíveis de punições que podem chegar ao âmbito jurídico. Todavia, há inúmeros comportamentos machistas ainda muito presentes na sociedade brasileira, que podem ser caracterizados como discretos, sutis, implícitos, camuflados, ou como brilhantemente denominados por Marina Catañeda (2006) de “machismo invisível”. “O machismo está tão profundamente arraigado nos costumes e no discurso que se tornou quase invisível, quando não exerce suas formas mais flagrantes, como a violência física e o abuso verbal” (CASTAÑEDA, 2006, p. 16).

As crenças, atitudes e comportamentos que compõe o “machismo invisível” estão presentes no ambiente familiar, no trabalho, nas instituições educacionais e nos espaços públicos e, muitas vezes, não são susceptíveis de repreensão do ponto de vista legal, mas afetam significativamente a qualidade de vida de inúmeras mulheres, bem como a vida de inúmeros homens. É preciso evidenciar os vários casos de transtornos psicológicos que acometem igualmente homens e mulheres, e que tem como pano de fundo a disseminação comportamental da cultura do machismo, ainda vigente de forma explícita e implícita em nossa sociedade tida pós-moderna. “As relações humanas no mundo público se formaram de acordo com as mesmas regras que determinaram as relações dentro da família” (SENETT, 2016, p. 262).

O machismo visível ou invisível em todas suas formas de alienação e reprodução é um instrumento nefasto e poderoso de subjetivação cultural, que incapacita e impede o Outro de se tornar sujeito de sua própria vida, logo o agente da ação comete um crime de humanidade. “O Eu diante do Outro é infinitamente responsável” (LÉVINAS, 2012, p. 53).

No contexto histórico, a própria filosofia nutriu de forma acentuada a cultura do machismo e o aniquilamento do sexo feminino em relação aos espaços públicos, acentuando a polarização dos sexos, como pode ser visto na citação do filósofo Schopenhauer, no livro a Arte de Envelhecer.

Como, no fundo, *as mulheres* existem unicamente para a propagação da espécie do que para os indivíduos; levam mais a sério as questões da espécie do que as individuais. Isso confere certa leviandade a toda a sua ação e, de modo geral, uma orientação fundamentalmente diferente daquela do homem, o que provoca a desarmonia tão frequente e quase normal no casamento (SCHOPENHAUER, 2012, p. 24).

“Durante a maior parte da história brasileira existiu uma divisão sexual do trabalho que, de modo geral, impunha às mulheres as atividades domésticas e de reprodução (privadas) e, aos homens, as atividades extradomésticas e produtivas (públicas)” (BELTRÃO e ALVES, 2009, p. 131). Ademais, Araújo e Scalón (2005) apontam que ao longo dos anos a formalização do trabalho produtivo passou a ser visto como masculino, enquanto que o trabalho doméstico foi atribuído como de cunho feminino, já que o cuidar é concebido como uma ação natural da mulher.

Historicamente, a situação de inferioridade imposta ao gênero feminino, decorrente apenas da maior força física dos homens, foi extrapolada para outras esferas da vida, resultando em limitações e discriminações ideológicas do ponto de vista educacional e profissional.

De acordo com Beltrão e Alves (2009), o hiato de gênero e o déficit educacional das mulheres fizeram parte da realidade brasileira durante mais de 400 anos. O maior ingresso das mulheres no campo educacional ainda não refletiu significativamente em outras esferas da vida social, como o hiato de gênero no mercado de trabalho, o acesso a renda e a propriedade, a representação parlamentar, etc.

Mesmo nos dias atuais, aonde a mulher vai gradativamente ocupando maior espaço no mercado de trabalho, é comum encontrar uma realidade de injustiças em relação ao gênero masculino. Menores salários, menor participação em cargos de alta gestão, menores oportunidades de ascensão profissional (BRUSCHINI, 1994; GALEAZZI, 2001). Esse quadro que subestima a capacidade profissional das mulheres intensifica a padronização de profissões em masculinas ou femininas, o que restringe ainda mais as oportunidades de trabalho por parte das mulheres. Segundo Belo et al. (2010, p. 24), “embora tal discriminação seja economicamente real, na maioria das vezes não se admite publicamente que ela exista”, podendo-se dizer que se apresenta de maneira sutil, pouco reconhecível à primeira vista, justamente dentro do conceito de “machismo invisível”.

O psicólogo como um profissional que auxilia na compreensão e atenuação das dores e sofrimentos humanos, tem um papel fundamental de se posicionar em consonância com a interdisciplinaridade envolvida no tema do machismo, descortinando as crenças, atitudes e comportamentos incrustados na sociedade brasileira. Desse modo, a psicologia pode dar a sua contribuição a fim de sanar essa cegueira coletiva reproduzida pela sociedade. Arraes (2013) afirma que “ser psicólogo não é estar limitado e reduzido a um campo clínico que apenas enxerga o individual como desligado de representações e fatos sociais”.

Os padrões de comportamentos machistas polarizadores e discriminatórios, com discursos e convicções modelados e transmitidos pela cultura, podem ser desaprendidos. Importa para a psicologia conhecer e revelar os processos de subjetivação e os efeitos da dominação masculina e da conseqüente subjugação feminina pela disseminação da ideologia do machismo, desatando suas amarras e desvelando os arranjos de relações inter-humanas que se estabelecem historicamente entre os sexos.

O efeito da dominação simbólica [...] se exerce não pela lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos *habitus* e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma (BOURDIEU, 2002, p. 49-50).

Diante deste cenário, objetivou-se neste trabalho identificar e analisar crenças, atitudes e comportamentos relacionados ao exercício profissional que se enquadram como “machismo invisível”, presentes tanto no gênero masculino como no feminino. Também, verificar se há relações entre o “machismo invisível” e a faixa etária da população.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se enquadra dentro dos estudos de gênero, seguindo os preceitos da Psicologia Social, sendo desenvolvida na abordagem quantitativa, envolvendo elementos da pesquisa correlacional.

As unidades experimentais foram formadas por tipos de gêneros e por indivíduos pertencentes a diferentes faixas etárias, sendo as variáveis compostas pelas percepções acerca do exercício profissional e suas relações com o machismo invisível.

Foram aplicados dois questionários, sendo um destinado a pessoas do gênero masculino e outro as do gênero feminino. Os questionários constaram de cinco perguntas de múltipla escolha. No total, 183 pessoas (103 mulheres e 80 homens) de cinco diferentes municípios brasileiros (Aracaju-SE, Londrina-PR, Maringá-PR, Rio Verde-GO e São Mateus-ES) responderam o questionário. Os participantes foram divididos em quatro faixas etárias: 18 a 29 anos; 30 a 39 anos; 40 a 49 anos e 50 a 59 anos.

Após a coleta e tabulação dos dados, os mesmos foram agrupados conforme as classes de avaliação e comparados por meio de instrumentos da pesquisa correlacional.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A aceitação de homens e mulheres em relação ao tipo de trabalho exercido pelo homem (marido) foi avaliada na presente pesquisa. Apenas 38% das mulheres participantes da pesquisa “aceitariam sem nenhum problema” que seus maridos trabalhassem como empregado doméstico ou diarista, sendo que 14% destas apontaram que nunca aceitariam tal fato, e 26% aceitariam somente se o marido estivesse desempregado há muito tempo. Entre os homens, 25% demonstraram que aceitariam sem nenhum problema o emprego doméstico fixo ou como diarista, mas apenas 10% disseram que nunca aceitariam exercer tal função, ou seja, essa rejeição drástica foi maior no grupo feminino.

Segundo Silva e Oliven (2010), no Brasil, em 2005, 6,5 milhões de pessoas identificaram-se como trabalhadores domésticos. Desses, 6 milhões eram mulheres, o que corresponde a 93,3% do total de ocupados, conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

O serviço de babá foi considerado de forma geral como o mais humilhante para ser exercido por um homem. Apenas 29% das mulheres aceitariam sem nenhum problema que seus maridos trabalhassem nessa área, sendo que 22% destas afirmariam que nunca aceitariam que seu companheiro fosse babá. Entre os homens, apenas 20% afirmaram que trabalhariam como babá sem nenhum problema, e 30% destes colocaram que nunca exerceriam essa profissão. Os dados vão de encontro com a afirmação de Coronel (2010, p. 12), de que “no ocidente não se imagina uma babá ou um empregado doméstico homem”, um explícito exemplo de gênero, ou seja, uma classificação que não tem relação com a biologia. Coronel (2010, p. 12) questiona ainda: “Por que um homem não poderia cuidar de uma criança, ou cuidar da casa? Qual impeditivo biológico teria um homem para trocar fraldas ou preparar mamadeiras?” A ideologia do machismo opera na perspectiva polarizada de sexos, há uma cisão da experiência humana em duas áreas mutuamente excludentes.

Aceitar que o marido atue como camareiro de um hotel foi consentido sem nenhum problema por 56% das mulheres que participaram da pesquisa, mesmo assim 10% destas mostraram que nunca concordariam com essa situação. Entre os próprios homens a rejeição foi maior, apenas 29% afirmaram que aceitariam exercer essa atividade sem nenhum problema, mas 18% destes deixaram claro que nunca seriam camareiros em um hotel.

A abordagem da associação da figura e da imagem masculina com determinadas atividades profissionais continuou a ser investigada neste trabalho. Cinco cursos profissionais foram apresentados aos participantes da pesquisa de ambos os sexos no intuito de se apreender a vinculação destes com a ideologia do machismo. Entre as mulheres, a concordância do marido em fazer os seguintes cursos com vistas ao exercício profissional foi: corte e costura (31%), culinária (88%), tricô e crochê (22%), maquiagem (23%), manicure e pedicure (19%) e nenhum dos listados (6%). Entre os próprios homens a aceitação em trilhar uma nova profissão foi: corte e costura (5%), culinária (63%), tricô e crochê (5%), maquiagem (5%), manicure e pedicure (5%), nenhum dos listados (30%). A culinária, que antes era restrita ao universo feminino, irrompeu as formas fixas de subjetividade e permeou o cotidiano de muitos homens. A culinária é um exemplo de profissão historicamente circunscrita como “o lugar da mulher”, que foi profundamente revisitada e flexibilizada, abrindo espaço de presença, atuação, aprendizado e transmissão também para os homens, inscrevendo uma nova significação social para essa profissão. Na contemporaneidade, a culinária exercida dentro do contexto do lar-privado tem se tornado uma área social-pública, frequentada por homens e mulheres. As demais atividades profissionais listadas ainda aparecem com restrições tanto dos próprios homens como de suas esposas. Segundo Chies (2010, p. 507), “no decorrer das transformações sociais que levaram as mulheres ao campo de trabalho assalariado foram criadas profissões específicas a elas, ou seja, foram desenvolvidas ocupações que detêm uma porcentagem maior de mulheres e, por vezes, são estereotipadas como femininas”.

Esses resultados demonstram o “medo” e/ou a “vergonha” das mulheres em terem seus maridos associados a empregos feminilizados, sendo tal temor muito próximo ao demonstrado pelos homens, onde mais uma vez percebe-se que o machismo invisível se encontra disseminado também no gênero feminino. É importante salientar que as maiores restrições foram verificadas na menor faixa etária (18 a 29 anos), fato não esperado e preocupante. Pressupõe-se que as novas gerações vêm recebendo mais informações sobre a importância *sine qua non* da equiparação igualitária entre os sexos, todavia quem os educa? Informação não quer dizer formação intelectual e moral, interessa aprender a pensar sobre os fenômenos que estão encarnados na sociedade. Saber pensar é um recurso valioso de liberdade contra as formas alienantes de assujeitamento do indivíduo.

Homens e mulheres necessitam aprender a refletir e questionar politicamente seu mundo circundante, implicados nas causas e efeitos dos processos instituídos que capacitam uns em detrimento a outros. “Um sujeito moral é, pois, um sujeito em conformidade com sua própria razão, pois ela é autônoma, ou seja, não se submete a outra lei a não ser àquelas que ela impõe a si mesma” (FREIRE, 2014, p. 219).

A aceitação de mulheres ou de seus maridos em entrar no mercado de trabalho para exercerem atividades executadas atualmente mais por homens foi também objeto de avaliação no presente trabalho. As mulheres demonstraram maior aceitação em exercer essas profissões em relação à concordância dos homens (seus maridos). A opinião das mulheres apresentou a seguinte concordância em se capacitar para exercer essas atividades profissionais: mecânica de autos (55%), motorista de ônibus (41%), segurança patrimonial (31%), árbitro de futebol (32%) e nenhum dos listados (21%). Já os homens demonstraram a seguinte aceitação em relação às suas esposas: mecânica de autos (30%), motorista de ônibus (32%), segurança patrimonial (35%), árbitro de futebol (30%) e nenhum dos listados (47%). Destaca-se que 47% dos homens não gostariam que suas esposas exercessem essas atividades tidas como “masculinizadas”, enquanto que as mesmas apresentam restrições para 21% das mulheres entrevistadas. Em trabalho realizado por Belo et al. (2010) na cidade de João Pessoa-PB, foram identificadas, aproximadamente, 80 profissões “caracterizadas” ou “rotuladas” pelos entrevistados como femininas e 130 como masculinas. “Antes de classificar as diferenças, em especial aquelas apontadas para explicar a segregação ocupacional no mercado de trabalho, é preciso refletir se a limitação biológica apontada existe de fato ou se é apenas mais uma construção ideológica” (CORONEL, 2010, p. 11).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O machismo invisível relacionado ao exercício profissional está presente tanto em homens como em mulheres. A divisão de profissões classificadas como masculinas ou femininas continua existindo na sociedade brasileira, mesmo no segmento populacional de menor faixa etária.

As formas simbólicas que operam na ideologia do machismo afetam negativamente o direito dos homens e das mulheres frente à pluralidade e a liberdade nas escolhas das profissões.

Para a erradicação das crenças, comportamentos e atitudes machistas relacionadas ao exercício profissional são necessárias políticas públicas específicas de caráter educacional e interdisciplinar, objetivando a desnaturalização das multideterminações dos métodos e regras instituídos que promovem esse tipo de polarização e enfermidade social.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (Orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 15-77.
- ARRAES, Jarid. 2013. **Uma breve reflexão sobre o papel político da Psicologia**. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/questao Degenero/2013/10/30/uma-breve-reflexao-sobre-o-papel-politico-da-psicologia>. Acesso em: 05/abr./2014.
- BELO, Raquel Pereira; SOUZA, Tâmara Ramalho de; CAMINO, Leoncio. Análise de repertórios discursivos sobre profissões e o sexo: um estudo empírico na cidade de João Pessoa. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 1, p. 23-31, 2010.
- BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 125-156, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Revista Estudos Feministas**, número especial, p. 179-200, 1994.
- CASTAÑEDA, Marina. **Machismo Invisível**. Tradução de Lara Christina de Malimpensa. São Paulo, A Girafa Editora. 2006.
- CHIES, Paula Viviane. Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 2, p. 507-528, 2010.
- CORONEL, Maria Carla Fontana Gaspar. 'Mulheres domésticas': profissionais de segunda classe. **Revista de Direito**, v. 13, n. 17, p. 7-18, 2010.
- FREIRE, Geraldo. O projeto pedagógico moderno e sua crítica: a propósito de Kant e Adorno. In: MENEZES, Edmilson. (Org). **Leituras Kantianas**. Aracaju: EDISE, 2014. p. 209-247.
- GALEAZZI, Irene Maria Sassi. Mulheres trabalhadoras: a chefia da família e os condicionantes de gênero. **Revista Mulher e Trabalho**, v. 1, p. 61-68, 2001.
- LÉVINAS, Emmanuel. **Humanismo do outro homem**. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.
- SCHOPENHAUER, Arthur. **A arte de envelhecer**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.
- SILVA, Leonardo Rabelo de Matos; OLIVEN, Leonora Roizen Albek. O "doméstico" do doméstico-parte 2: o caso mangureira. In: Encontro Nacional do CONPEDI, 19, 2010, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: CONPEDI, 1994, p. 8783-8792.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-090-2

